

APRES COVID

Parceiros Sociais Setoriais Europeus no Setor da Educação: Abordar os Riscos Psicossociais para uma Recuperação Equitativa e Sustentável da Crise da COVID-19

Visita de Estudo de Caso em Portugal

9-10 de outubro de 2024

Introdução

A segunda visita de estudo de caso do projeto de diálogo social [APRES COVID](#) - Parceiros Sociais Setoriais Europeus no Setor da Educação, decorreu nos dias 9 e 10 de outubro de 2024, em Lisboa, Portugal. Este projeto, liderado pelo CSEE e pela EFEE e cofinanciado pela Comissão Europeia, é fundamental para implementar o [Programa de Trabalho 2024-2026](#) do Comité Europeu do Diálogo Social Sectorial na Educação (ESSDE). Esta segunda visita faz parte de uma série de três estudos de caso nacionais. Consistiu em duas visitas a escolas de Ensino e Formação Profissional (EFP), e numa reunião multilateral que contou com a presença de empregadores do setor da educação, um representante do ministério, representantes de sindicato da educação e representantes dos pais. teve um duplo objetivo: primeiro, envolver professores, dirigentes escolares e outros profissionais da educação durante as visitas para discutir os efeitos reais dos riscos psicológicos, especialmente aqueles agravados pela pandemia da COVID-19. Em segundo lugar, a reunião multilateral com os principais protagonistas do sistema educativo português buscou promover iniciativas conjuntas e oportunidades de colaboração mais estreita entre os parceiros sociais, além de incluir outras partes interessadas relevantes, como pais e alunos, na abordagem dos riscos psicológicos na educação. A iniciativa também foi uma ótima oportunidade para partilhar boas práticas que possam melhorar o ambiente de trabalho e a saúde mental dos professores e do pessoal educativo.

Esta atividade de projeto contou com a participação de:

- Peritos nacionais, membros do Grupo Consultivo do Projeto APRES COVID.
- O perito de investigação subcontratado da equipa de investigação da Visionary Analytics.
- Quatro membros dos secretariados do CSEE e do EFEE.
- O técnico de vídeo subcontratado da Fermento.
- Parceiros Sociais Portugueses na Educação, incluindo:
 - Representantes da Federação Nacional dos Sindicatos (FNE), da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) e do Sindicato Nacional e Democrático dos Professores (SINDEP), pela parte sindical.
 - Representantes da Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) e da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO) pela parte patronal.
 - Um representante do Ministério da Educação de Portugal.

- Um representante da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP).
- Um representante da (Associação dos Institutos de Formação Profissional da Lituânia, LPMIA).
- A Escola Secundária Passos Manuel, incluindo entrevistas com:
 - Um diretor de escola.
 - Um diretor de escola adjunto.
- A escola EFP Escola de Tecnologias Inovação e Criação (ETIC), incluindo entrevistas com:
 - Um diretor de escola.
 - Dois professores.
 - Um psicólogo escolar.

A visita de estudo de caso ofereceu uma visão clara dos desafios educacionais que surgiram durante a pandemia da COVID-19, além das mudanças duradouras que essa crise trouxe para os sistemas de ensino em Portugal e para as relações de trabalho na educação.

Este relatório apresenta as principais conclusões que emergiram durante as discussões e as entrevistas com as partes interessadas nacionais.



Ensino Secundário e Ensino e Formação Profissional em Portugal

Durante o estudo de caso, os participantes tiveram a oportunidade de se familiarizar com o sistema educativo português. Sob a orientação da Lei da Educação de 1986, que definiu as bases legais para o ensino público, o sistema de ensino em Portugal tem mostrado avanços notáveis na taxa de sucesso escolar, subindo de níveis historicamente baixos para níveis que se alinham com a média europeia. O ensino secundário oferece um leque diversificado de percursos, adaptando-se às diferentes necessidades dos alunos.

A via de Educação Geral foi criada para preparar os alunos para o ensino superior, oferecendo um currículo acadêmico tradicional que inclui tanto Ciência e Tecnologia quanto Humanidades. Para aqueles que têm interesse nas artes, a via de Educação Artística Especializada proporciona uma formação focada em disciplinas artísticas, com o intuito de impulsionar carreiras nesse campo. Já a via do Ensino e Formação Profissional (EFP) se concentra na preparação para o mercado de trabalho, estabelecendo parcerias sólidas entre escolas e empresas, o que permite que os estudantes ganhem experiência prática. Além disso, o Currículo Especializado oferece cursos personalizados para alunos que estão seguindo carreiras específicas.



As escolas em Portugal costumam ser bastante grandes e estão organizadas em agrupamentos, onde um diretor supervisiona várias escolas ao mesmo tempo. Esse modelo foi implementado após a crise financeira com o objetivo de cortar custos administrativos. Embora essa abordagem torne a coordenação mais simples, ela também cria uma rede educativa bastante complexa. Por outro lado, algumas escolas ainda operam de forma independente, mantendo a supervisão direta do Ministério da Educação. Apesar das vantagens dessa estrutura em rede, ela traz desafios consideráveis.

Os agrupamentos frequentemente cobrem áreas geográficas extensas - às vezes até 50 quilómetros de distância - o que gera ineficiências logísticas. Os professores enfrentam cargas de trabalho pesadas, especialmente aqueles que precisam lecionar em várias escolas. Além disso, os coordenadores, que cuidam das operações diárias em cada escola, recebem menos benefícios do que os diretores e muitos acabam acumulando essa responsabilidade com suas funções de professores.

A fundação das escolas de Ensino e Formação Profissional (EFP) em Portugal, em 1989, foi um marco importante para oferecer um ensino mais prático e voltado para as carreiras, atendendo à crescente procura de qualificações. Ao reconhecerem a importância da formação prática, as escolas de EFP visam preparar os alunos para o mercado de trabalho, contribuem para o crescimento económico e a competitividade e promovem a inclusão social e a acessibilidade.

Um dos principais objetivos das escolas de EFP é responder às necessidades económicas e sociais do país. Isto implica alinhar os currículos com as exigências das empresas e dos atores sociais para garantir que os estudantes estão bem preparados para a força de trabalho. Uma forte colaboração com o governo, particularmente com o Ministério da Educação, é essencial para manter linhas de comunicação abertas. Esta parceria garante que os programas de Ensino e Formação Profissional cumprem as normas educativas nacionais e, ao mesmo tempo, respondem às exigências do mercado. Para além disso, o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e Formação Profissionais (EQAVET) fornece um quadro obrigatório que orienta a avaliação e o reconhecimento do ensino profissional em toda a Europa. As escolas de Ensino e Formação Profissional dão prioridade à ajuda aos estudantes na obtenção de emprego, facilitando muitas vezes o emprego nas empresas onde estagiam. No entanto, muitos estudantes de EFP também aspiram ao ensino superior, o que cria um duplo objetivo para estas instituições: preparar os estudantes para a preparação imediata para o emprego e, ao mesmo tempo, apoiar as suas ambições académicas, apesar de este não ser o objetivo principal do EFP.



Uma componente significativa da experiência de EFP é a formação prática e os estágios, muitas vezes referidos como Prova de Aptidão Profissional (PAP). Estes estágios oferecem aos alunos uma experiência prática e servem como uma ligação crucial ao mercado de trabalho. Infelizmente, a pandemia da COVID-19 teve um impacto negativo neste aspeto da educação, uma vez que muitos alunos perderam a oportunidade de realizar os seus estágios.

Esta perturbação prejudicou a sua formação prática e as suas perspetivas de emprego, tornando particularmente difícil ensinar competências práticas num contexto remoto ou teórico. Além disso, as escolas de EFP enfrentam desafios relacionados com a retenção dos alunos. Alguns estudantes optam por abandonar o curso depois de completarem 18 anos para começarem a trabalhar a tempo inteiro nas empresas onde fizeram os seus estágios. Esta transição precoce para o mercado de trabalho leva muitas vezes a que os estudantes não terminem a sua educação formal, beneficiando as empresas que os podem contratar a um custo mais baixo antes de se formarem oficialmente.

Em suma, embora as escolas de Ensino e Formação Profissional em Portugal desempenhem um papel crucial na resposta à necessidade de um ensino prático alinhado com as exigências do mercado, têm de enfrentar desafios relacionados com a retenção de alunos e o impacto de fatores externos como a pandemia de COVID-19 para garantir o sucesso dos seus alunos.

O impacto da COVID-19 no equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada

Todos os entrevistados consideraram que o impacto da COVID-19 foi significativo no equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. O Vice-Diretor apercebeu-se da necessidade de reorganizar as aulas para manter a segurança através de medidas de distanciamento social, o que se revelou prático e foi mantido após a pandemia. A carga de trabalho pessoal também aumentou depois de ter assumido um papel de liderança durante este período.

Para o diretor, a falta de professores tornou-se mais grave após a COVID-19, levando a um maior stress emocional entre o pessoal. Os riscos psicossociais, como o esgotamento, resultaram em licenças médicas mais frequentes. Para enfrentar estes desafios, as escolas deixaram de ter aulas às sextas-feiras à tarde, permitindo que os professores, especialmente os que se deslocam de fora de Lisboa, tivessem tempo para regressar a casa mais cedo e descansar. Além disso, foram introduzidas outras iniciativas de apoio ao bem-estar, como o ioga e viagens de formação de equipas.

O início da COVID-19 trouxe mudanças significativas ao panorama educativo, deixando muitas escolas, incluindo instituições técnicas, a braços com o stress, a confusão e falta de planos claros para a transição para o ensino à distância. Os fatores culturais desempenharam um papel importante durante este período, uma vez que as questões de saúde mental não eram frequentemente discutidas ou reconhecidas abertamente, levando tanto os alunos como os professores a manterem as suas dificuldades, como o stress e a doença, em segredo. Esta relutância em admitir desafios pessoais foi agravada por uma hesitação arraigada em tirar uma folga do trabalho, mesmo quando a pessoa se sente sobrecarregada. No entanto, a conversa em torno da saúde mental mudou na sequência da pandemia. Os alunos procuram cada vez mais a ajuda de psicólogos, enquanto professores, pessoal auxiliar e chefias continuam a navegar a complexidade de abordar estas questões num contexto prático através do diálogo, da sensibilização e da política de portas abertas do diretor, que incentiva os professores a procurar apoio e aconselhamento sempre que necessário.



A adaptação às ferramentas digitais foi outra mudança fundamental. Os professores aderiram rapidamente a plataformas como o Microsoft Teams e o Zoom, que permitiram a aprendizagem à distância, conduzindo a uma maior comunicação digital. Embora alguns professores tenham achado esta transição eficiente, outros sentiram que ela aumentou a sua já considerável carga de trabalho. A ausência de interações presenciais tornou o ensino mais difícil, uma vez que muitos relataram que a aprendizagem online carecia de eficácia, deixando professores e alunos fatigados e limitando o envolvimento significativo. Apesar destes desafios, as ferramentas digitais continuaram a ser um recurso valioso, a que alguns professores chamaram "a melhor coisa que saiu da COVID". No entanto, a flexibilidade oferecida por estas ferramentas digitais esbateu as linhas entre a vida pessoal e profissional, complicando o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

O impacto da pandemia aumentou significativamente os níveis de stress entre os professores, que se sentiram pressionados a estar constantemente disponíveis e ligados. Compararam-se com os funcionários de um centro de atendimento telefónico. A gestão do bem-estar dos alunos e o seu próprio bem-estar aumentaram este peso. Simultaneamente, os alunos enfrentaram os seus próprios desafios psicológicos, tendo muitos deles sofrido um aumento da ansiedade, falta de concentração e diminuição da autoestima. Esta desconexão levou a um declínio significativo das competências sociais, dificultando a comunicação e fragmentando as interações sociais. Embora estes problemas tenham sido exacerbados pela pandemia, estas tendências já eram visíveis antes da COVID-19.

À medida que a educação evolui, os modelos de aprendizagem mista emergem como uma potencial solução, com alguns professores a reconhecerem as vantagens das abordagens híbridas.

No entanto, outros argumentam que a mudança digital pode prejudicar a participação dos alunos, levando a debates contínuos sobre a eficácia das ferramentas digitais. Além disso, as relações professor-aluno foram afetadas, com alguns professores a sentirem-se cada vez mais desligados dos seus alunos. Os professores mais jovens, poderão ter tido mais facilidade em estabelecer contacto com a nova geração, ao passo que os professores mais antigos tiveram muitas vezes dificuldade em adaptar-se às rápidas mudanças no comportamento e nas expectativas dos alunos.

Desafios identificados devido e apesar da pandemia de COVID-19

Entre as principais questões, a atual falta de professores foi repetidamente descrita como o "problema da década". Em regiões com um custo de vida elevado, como Lisboa e o Algarve, muitos professores



têm dificuldade em pagar alojamento devido aos baixos salários. Esta situação obrigou o diretor da escola a intervir e a ensinar ciências, uma vez que persiste a falta de pessoal qualificado. O sistema baseado na antiguidade também contribui para a instabilidade, com transferências frequentes que levam a lacunas de professores em várias áreas.

O afluxo de estudantes migrantes também teve um impacto significativo no sistema escolar, com os números a aumentarem de 53 000 no ano letivo de 2018/2019 para 140 000 no ano letivo de 2023/2024. Muitos destes alunos são oriundos do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa, embora não exclusivamente. As barreiras linguísticas entre os pais migrantes e as escolas dificultam o envolvimento destes no processo educativo. Para atenuar este problema, as

escolas prestam assistência jurídica e apoio linguístico em português. Aplicações como o Microsoft Translator ajudam à comunicação, mas o seu uso é limitado para garantir que os alunos continuam a aprender português.

O bullying digital e a utilização do telemóvel foram referidos como novos desafios, especialmente após a COVID. Embora a utilização do telemóvel na escola seja, em geral, controlável, os incidentes que ocorrem fora do recinto escolar aumentam frequentemente antes de serem detetados. Esta situação gera preocupações quanto ao comportamento online dos alunos, uma vez que as escolas têm dificuldade em controlar as atividades que ocorrem em casa.

Para apoiar a saúde mental, a escola adaptou-se rapidamente à aprendizagem online durante a pandemia, dando formação aos professores e assegurando o acesso à tecnologia para os alunos e para o pessoal. A colaboração entre os professores e o diretor, facilitada por aplicações de comunicação como o WhatsApp, permitiu manter sistemas de apoio sólidos através de trocas regulares de mensagens.

Apesar disso, alguns alunos tiveram de recorrer a instituições sociais e/ou organizações não governamentais para obter recursos adicionais, uma vez que os sistemas de apoio da própria escola se revelaram insuficientes.



O papel do diálogo entre as várias partes interessadas na educação

A melhoria do bem-estar profissional no sector da educação requer uma abordagem orientada na perspetiva da Saúde e Segurança no Trabalho (SST). Uma necessidade comum expressa pelos professores reflete um desejo de respeito, com queixas centradas na burocracia excessiva. As escolas, na sua tentativa de evitar o controlo externo, geram frequentemente encargos administrativos que sobrecarregam os professores. A gestão da carreira docente e os desafios na dinâmica de liderança foram mencionados como cruciais no apoio ao bem-estar profissional.

Um representante do Ministério da Educação sublinhou a importância do feedback positivo dos dirigentes escolares para motivar o pessoal, lamentando ao mesmo tempo a falta de colaboração entre os próprios professores. Embora a COVID-19 já não seja um tema de conversa frequente, o seu impacto a longo prazo na profissão docente mantém-se, nomeadamente ao nível da rápida alteração que a digitalização impôs à dinâmica das salas de aula. Saliou também que a abordagem dos riscos psicossociais na educação exige recursos e conhecimentos, sendo o financiamento crucial para apoiar as iniciativas de saúde mental e reduzir a burocracia.

É também necessária uma maior vontade política para enfrentar estes desafios. Existe um diálogo permanente sobre estas questões no quadro da negociação coletiva em Portugal, em particular em torno do “direito a desligar” e da importância contínua das ferramentas digitais na educação. Os requisitos burocráticos, tais como a apresentação obrigatória de relatórios ao Ministério e tarefas administrativas repetitivas, aumentam a carga de trabalho dos professores, um problema documentado pelos representantes sindicais. Em Portugal, em particular, o envelhecimento do corpo docente é uma questão premente, exigindo medidas urgentes para reter os professores. Também se discute a forma como a digitalização continua a marcar desigualdades, nomeadamente em termos de recursos e de formação.

Durante décadas, as diretivas relativas à saúde e segurança no trabalho estiveram presentes, mas foram pouco aplicadas no sector da educação em Portugal. Apesar de existirem ferramentas para lidar com o absentismo e o stress relacionados com o trabalho, os progressos são lentos. A pandemia, no entanto, acelerou a atenção para os riscos psicossociais. Os parceiros sociais da educação portuguesa indicaram que, até 2025, o absentismo relacionado com os riscos psicossociais ultrapassará as causas tradicionais, como as doenças músculo-esqueléticas. Por conseguinte, as escolas devem adotar novas políticas pós-COVID para abordar eficazmente estes riscos emergentes. Além disso, as escolas carecem de uma missão clara para cultivar comportamentos preventivos nas gerações futuras, deixando lacunas na forma como a segurança e o bem-estar são integrados nas culturas educativas.

O debate sublinhou a importância de adaptar os estilos de liderança e a cultura escolar e de utilizar as ferramentas disponíveis para criar ambientes de trabalho mais saudáveis para os professores e os dirigentes escolares. Assim, a abordagem do impacto a longo prazo da crise da COVID-19 na comunidade educativa deverá ser multifacetada para apoiar o bem-estar de todos os envolvidos. O Ministério da Educação tomou medidas significativas para aliviar o stress entre os professores, visando especificamente as questões que contribuíram para a destabilização da carga horária. Os programas de formação para dirigentes escolares foram concebidos para melhorar a organização dos agrupamentos de escolas, promovendo práticas de gestão mais eficazes.

Outra resposta à crise foi a revisão dos modelos pedagógicos existentes e a incorporação da tecnologia na sala de aula de forma mais refletida. Com o envelhecimento do corpo docente em Portugal, os parceiros sociais sublinham a necessidade de reformular a forma como os professores percecionam os seus papéis e métodos de ensino. O Desenvolvimento Profissional Contínuo (DPC) foi descrito como uma ferramenta vital para a progressão na carreira, mas deve ser transformado de uma obrigação burocrática numa oportunidade significativa de crescimento. Isto implica repensar a conceção global dos estatutos profissionais dos professores e ligá-los a processos de avaliação mais práticos e menos burocráticos. Os professores não deveriam ter de compartimentar os seus conhecimentos. Em vez disso, deve haver uma abordagem holística para avaliar e melhorar as suas práticas. A pandemia de COVID-19 abriu a porta a estas mudanças necessárias.



A pandemia também teve um impacto na participação dos pais na educação. Levanta-se a questão de saber se os desafios enfrentados decorrem da própria COVID-19 ou das mudanças sociais mais amplas que dela resultaram. Uma questão importante é a dependência da tecnologia, que afeta toda a comunidade. Os professores debatem-se frequentemente com problemas de gestão do tempo, o que lhes deixa pouco espaço para se concentrarem no desenvolvimento de novas ferramentas e estratégias de ensino. Muitos estão exaustos, o que dificulta o contacto com os seus alunos de uma forma mais profunda.

Além disso, a dimensão das salas de aula tem um papel significativo neste desafio, uma vez que turmas numerosas dificultam ligações de proximidade entre professores e alunos. Com 14% dos alunos provenientes de países estrangeiros e 20% em risco de pobreza e exclusão, a pressão sobre o sistema educativo é evidente. O aumento de 160% no número de alunos que permanecem nas aulas para manter os benefícios da segurança social complica ainda mais a situação. Além disso, muitos professores são também pais e são frequentemente obrigados a escolher entre colocar os seus filhos em atividades extracurriculares, como o desporto, e garantir que estes descansam e dormem o suficiente.

Assim, é fundamental reconhecer que as famílias não devem ser negligenciadas. A resolução dos problemas colocados pela pandemia de COVID-19, e não só, exige um esforço coletivo da sociedade. A pandemia exacerbou vários problemas sociais, incluindo uma elevada taxa de divórcio. Em Portugal existem hoje cerca de 500 000 agregados familiares monoparentais. As questões comportamentais nas escolas tornaram-se mais prevalentes, sublinhando a necessidade de introduzir mediadores de conflitos no ambiente educativo para ajudar a enfrentar estes desafios.

A pandemia de COVID-19 teve um impacto profundo e duradouro na comunidade educativa, pondo em evidência os desafios existentes e suscitando simultaneamente novos debates em torno da saúde mental, dos riscos psicossociais, das metodologias de ensino e da dinâmica das relações entre professores e alunos. É necessária uma abordagem colaborativa que envolva professores, dirigentes escolares, pais, governo e a comunidade em geral, para promover um ambiente educativo favorável e saudável para todos.

Recomendações

Para fazer face aos desafios acima referidos, foram debatidas recomendações de melhoria que incluíam, nomeadamente, o reforço de parcerias com organizações externas como os serviços de saúde, para responder melhor às necessidades psicológicas e sociais dos alunos. Além disso, o apoio dos professores e dos dirigentes escolares é fundamental, uma vez que enfrentam cargas de trabalho e tensão emocional acrescidas. É necessária maior ênfase ao bem-estar dos alunos e do pessoal docente e não docente. Embora a escassez de professores e as condições de trabalho difíceis já existissem antes da COVID-19, a pandemia exacerbou estes problemas, salientando a necessidade urgente de reformas sistémicas. Com um corpo docente envelhecido (cerca de 60% dos professores têm mais de 50 anos), e um grande número a aproximar-se da idade da reforma, melhorar a retenção de professores e as condições de trabalho tornou-se crucial para a profissão.

Durante a pandemia, a escola teve de fazer uma rápida transição para o ensino online, o que implicou a formação de professores e a garantia de que tanto os alunos como o pessoal docente tinham acesso à tecnologia necessária. Esta mudança repentina colocou desafios significativos, mas também promoveu uma maior colaboração entre os professores e a direção da escola. Após a COVID, esta colaboração foi mantida através de redes de apoio, como os grupos de WhatsApp, que ajudam a manter a comunicação aberta e a garantir que todos se sentem apoiados.

As considerações futuras destacam a necessidade de uma reflexão coletiva da sociedade sobre as mudanças trazidas pelo mundo pós-COVID, particularmente a perda de espaços físicos e mentais seguros. A resolução do problema do esgotamento é uma prioridade, uma vez que os professores precisam de tempo para recuperar do stress do ensino da Era da pandemia. A contratação de novos professores, mais sintonizados com a geração atual, poderia ajudar a aliviar as pressões enfrentadas pelos membros mais velhos da docência.

Para criar sistemas de apoio mais fortes, as escolas devem reforçar a comunicação com os serviços de saúde e melhorar o apoio psicológico e social aos alunos, professores, dirigentes escolares e outro pessoal educativo. Além disso, a rápida digitalização da educação, embora crucial durante a pandemia, suscitou preocupações quanto aos seus efeitos a longo prazo na aprendizagem, na saúde mental e no equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal de professores e alunos. Como referiu um dos participantes, "o que ganhámos por um lado com a digitalização, perdemos num qualquer outro lado", sublinhando a necessidade de avaliar cuidadosamente o papel da tecnologia na educação.

